

Negociação e construção de políticas na cidade: redes de política e controle urbano por meio das mídias digitais¹

Clara Polycarpo¹

¹Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Neste artigo, analisamos as disputas em torno do controle do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro ao considerar a participação direta de moradores(as) e suas redes de política. Por meio do acompanhamento de reuniões comunitárias e de grupos fechados nas mídias digitais, é possível perceber em que medida as tecnologias empregadas para a implementação de programas de segurança envolvem negociações cotidianas entre gestores, moradores(as) e agentes de segurança. Para tanto, este artigo se propõe a discutir como programas de segurança têm sido implementados em determinados territórios da cidade a partir de uma etnografia das redes sociotécnicas em atuação no programa *Rio+Seguro*, no bairro de Copacabana, no período de 2017-2022.

Palavras-chave: segurança pública, redes de política, mídias digitais, militarização, *policialização*.

Negotiation and construction of policies in the city: policy networks and urban control by digital media

This study analyzes the disputes over the control of urban space in the municipality of Rio de Janeiro, considering the direct participation of residents and their political networks. Monitoring community meetings and closed groups on digital media shows how the technologies employed in implementing security programs involve daily negotiations between managers, residents, and security agents. This study aims to discuss how security programs have been implemented in specific areas of the municipality by an ethnography of the socio-technical networks operating within the Rio+Seguro program in the Copacabana neighborhood from 2017 to 2022.

Keywords: public security, policy networks, digital media, militarization; *policing*.

Introdução

Iniciada na década de 1980, a agenda de policiamento comunitário, como inovação para as áreas de segurança pública e de participação comunitária, foi retomada e remodelada a partir dos anos 2000, procurando superar alguns de seus históricos desafios. Da favela ao asfalto, as forças de segurança foram postas à prova. Após vinte anos de distintas experiências, faz-se interessante compreender como têm sido disputadas as estratégias de segurança e controle dos espaços da cidade ao considerar a participação de diferentes (e novos) atores na constituição da política de segurança pública do Rio de Janeiro. O então movimento pendular, que, em 2000, era compreendido como uma oposição entre políticas repressivas e passivas, haveria de ser superado a partir de um modelo de polícia que fosse legítimo, qualificado e bem instrumentalizado. Segundo o subsecretário de segurança à época, haveria um momento propício à mudança de paradigma e à emergência de uma *terceira via* que ultrapassasse a passividade e o arbítrio, que ele entendia pela combinação entre respeito aos

direitos humanos e eficiência policial, como parecia ocorrer em países bem-sucedidos no enfrentamento da questão (SOARES, 2000). Como, então, tem sido enfrentada a questão do ordenamento e do controle da cidade na atualidade?

No final da década de 2000, a partir do programa de *pacificação* implementado pelo governo do estado, novos setores da sociedade se destacaram ao atuar de forma empreendedora (e, certas vezes, autônoma) na tentativa de resolução de conflitos, em uma lógica de integração de interesses para além das operações e políticas anteriormente orientadas para as favelas e os territórios periféricos. *Integração*, nesse sentido, esteve intrinsecamente relacionada à integração de poderes e setores em um mesmo objetivo, como um modelo de gestão (técnica) integrada. Com essas inovações nos programas de ação de governo no Rio de Janeiro, tal integração pode ser analisada, como bem apontam Daniel Hirata e Bruno Cardoso (2016), a partir da coordenação como técnica de governo da ordem urbana e da segurança pública na cidade – ou seja, a partir da centralidade da coordenação, entre diversas agências, atores ou níveis de atuação, na composição das políticas e programas de governo. A ação estatal, nesse sentido, depende de sua capacidade de criar e manter estabilizada e funcionando uma composição entre diversos atores e níveis, direcionados a um determinado objetivo. Nesse novo momento, a coordenação aparece como um fator central à tentativa de efetivar seus objetivos, mobilizando uma multiplicidade de elementos e agenciando uma pluralidade de atores heterogêneos para construí-la e, de fato, mantê-la.

Já nos anos 2010-2020, as novas tecnologias empenhadas para a implementação dos programas de segurança pública no Rio de Janeiro passam a contar com uma legítima rede de política capaz de garantir a sua operacionalização, em especial, diante do cenário e das experiências dessas duas últimas décadas. Para compreender essa trama, a noção de *rede* e, propriamente, a noção de *território*, também são chaves para as disputas em torno da política de segurança pública e os próprios conflitos a partir do que se planeja, por exemplo, como “polícia de proximidade”. Experimentadas em sucessivas discontinuidades², as práticas do policiamento de proximidade, até então, não alteraram significativamente a cena do combate à violência urbana e ao crime – a cidade ainda convive, inclusive, de maneira progressiva, com a sensação de insegurança. A partir das favelas e periferias, as polícias mantiveram sua ação opressiva e violenta contra moradores(as) sem que fosse possível consolidar qualquer garantia de cidadania apenas pela via da militarização (LEITE *et al.*, 2018). A partir do asfalto, as tentativas de integração, por um lado, e de privatização da segurança, por outro, são ampliadas, porém, ainda sem uma avaliação consistente sobre seus efeitos para os(as) moradores(as) e para a cidade como um todo. É o caso dos programas *Segurança Presente*, do governo do estado do Rio de Janeiro,

e *Rio+Seguro*, da prefeitura municipal, implementados em 2015 e 2017, respectivamente, como estratégia de inovação para a segurança pública³.

Neste artigo, nos propomos a analisar como têm sido mobilizadas as redes sociotécnicas de controle da cidade (e da polícia) na atualidade por meio de canais de diálogo com representantes da sociedade civil e, em especial, representantes das camadas médias urbanas moradoras dos bairros de Copacabana – extensão ao Leme –, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, com os órgãos públicos municipais e estaduais durante os anos de 2017-2022. Com isso, será possível identificar os dispositivos de ordenamento e controle e como vêm sendo utilizados por cada um desses atores na disputa pela cidade, suas territorialidades e suas identidades. Com o aumento da percepção sobre a violência urbana nas cidades contemporâneas e, em 2020, com a grave crise sanitária e humanitária em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, as territorialidades demarcadas como espaços de violência ou insegurança são atualizadas, sendo atualizadas também as suas formas de agenciamento. Para além das margens, a cidade – suas fronteiras e seus símbolos – é constantemente reordenada a partir da construção de redes de política. Os bairros de Copacabana e Leme, como símbolo de um legado na paisagem urbana, se tornam um importante território para essa reflexão ao representarem, também, a imagem de um futuro que se constitui em meio às ruínas (O'DONNELL; SAMPAIO; CAVALCANTI, 2020)⁴ da acumulação de fracassos na área de segurança pública (PÉRES, 2022).

A partir das redes de política (e de polícia) conformadas em determinadas territorialidades, será possível acompanhar as práticas em torno da militarização e da *policialização* da cidade e a abertura cada vez maior da participação de setores do empresariado e da sociedade civil não só na avaliação, mas na formulação e na implementação dos programas e das políticas de segurança pública. Isso é observado por meio do papel de órgãos institucionalizados, como os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), e/ou de tecnologias de controle das ruas (para o bairro), e das redes sociais (para a vida privada), nas quais a atuação de indivíduos personalizados e grupos seletos de bairro é constantemente ampliada por meio de ações de policiamento (e *policialização*) que priorizam o uso das câmeras de vigilância e o controle dos grupos de *WhatsApp* como parte da política – e trazem novos-velhos conflitos capazes de gerar novos tipos de sociabilidade na cidade.

Os órgãos institucionalizados e a gestão da política local

A Constituição Federal de 1988, promulgada em conjunto com a sociedade civil, criou conselhos nas áreas de saúde, educação e assistência social, como instâncias consultivas ou deliberativas, que estabeleceram canais permanentes de diálogo entre o poder público e a população,

na formulação e no acompanhamento de políticas públicas, permitindo, assim, um entendimento mais aprofundado das demandas sociais e um controle social das atividades estatais – porém, não na área de segurança. Posteriormente, surgiram conselhos em outras áreas, por força de leis, e essas iniciativas alcançaram a área de Segurança Pública. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 1989, previu a criação de um Conselho Comunitário de Defesa Social com a finalidade de assessorar os órgãos de segurança pública. Precisamente durante o governo de Anthony Garotinho, em 1999, o então secretário de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, lançou as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), portanto, a partir da Resolução da Secretaria de Segurança Pública (SSP) nº 263, de 26/07/99⁵. A mesma Resolução da SSP nº 263 que cria as AISP também cria os CCS⁶. Os CCS⁶ servem, aqui, como instrumento de análise das relações e negociações em torno dos programas de segurança pública do Rio de Janeiro das últimas décadas.

Desde os anos 1980, o Brasil e, de maneira mais macro, a América Latina, têm buscado reorientar suas polícias em torno da ideia de participação comunitária. Alejandra Luneke, Lucia Dammert e Liza Zuñiga (2022) apontam que os processos de reforma política ocorridos na América Latina respondem a três fatores histórico-políticos: 1) o processo de democratização ocorrido durante as décadas de 1980 e 1990; 2) o aumento acentuado dos delitos comuns (crimes comuns) vividos em quase todos os países latino-americanos; e 3) as transformações do Estado centradas na limitação do tamanho do aparelho político, na privatização de empresas públicas e na descentralização de funções para governos locais e regionais⁷. Nesse sentido, considera-se o papel da racionalidade neoliberal como programa de governo desse novo projeto, alargando a ideia de participação para agentes públicos e privados na *coprodução* das políticas públicas. As diversas iniciativas de modernização e reaparelhamento das forças policiais, por exemplo, tiveram como base a intenção de uma repressão qualificada associada a uma preocupação com resultados. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (2012)⁸, as políticas voltadas para a área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro nas duas últimas décadas do século XX poderiam ser comparadas a “um pêndulo que ora concentrava suas ações na repressão indiscriminada, ora enfatizava uma prevenção descompromissada com resultados objetivos”. Porém, na realidade, mais que um pêndulo (MISSE, 2019), há uma *coexistência* de políticas de segurança repressivas e ostensivas – dependente, portanto, do território (e dos corpos) em que serão implementadas.

No que interessa a este artigo, a primeira reunião do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Copacabana, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, ocorreu em 8 de setembro de 1999, em cerimônia no Centro Comunitário de Defesa da Cidadania, na favela do Cantagalo, na divisa entre Copacabana e Ipanema⁹, porém, o seu reconhecimento veio anos mais tarde,

sendo oficializado em julho de 2006. No começo, a estrutura básica do Conselho Comunitário era composta pelo comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar (BPM) e os delegados da 12ª e da 13ª Delegacia de Polícia (DP), que, juntos, coordenavam as outras 12 cadeiras, sendo cinco dedicadas às associações de moradores, uma à área educacional, uma à área religiosa, uma para a área comercial, uma aos clubes de serviço, duas a Organizações Não Governamentais (ONGs) e uma à Defensoria Pública¹⁰. Naquele tempo, moradores(as) das favelas e do entorno também participavam do Conselho Comunitário, visto que a sede, inclusive, se instalava na favela do Cantagalo.

A ideia central desse novo modelo de gestão de segurança passa a ser, justamente, a AISP que visa compatibilizar geograficamente as áreas de atuação das forças policiais, permitindo, assim, delimitar mais claramente as responsabilidades e o desempenho dos gestores da segurança pública em cada área. Cada AISP corresponde à área de um Batalhão de Polícia Militar e uma ou mais Delegacias Distritais. Por outro lado, a visão que a sociedade tem de segurança pública vem ultrapassando os limites de atuação das instituições policiais, sendo comum, em reuniões dos CCS, haver demandas por melhoria de saneamento básico, da ocupação ordenada do espaço público, do cumprimento das posturas municipais, da prestação de serviços públicos de boa qualidade na saúde, na educação, na cultura, no esporte e no lazer da população, entre outros temas.

Nesse contexto, os CCS propõem a integração das instituições policiais com a comunidade e desta com as polícias, buscando restituir a credibilidade e transmitir confiança e sensação de segurança, ao serem responsáveis por identificar e analisar os problemas locais, sugerindo soluções e avaliando as respostas e/ou as soluções dos problemas demandados pela população local (CUNHA, 2012). A participação dos Conselhos Comunitários nas questões de segurança pública tem caráter consultivo, e, por isso, as observações, críticas, sugestões e propostas são consideradas pelos representantes das polícias não como obrigação, mas como uma contribuição relevante sobre os anseios da sociedade com relação a determinados assuntos, que podem ajudá-los, por exemplo, na tomada de uma decisão estratégica. A depender das demandas e dos demandantes, porém, alguns assuntos são prioritários. Uma ampla bibliografia discute os limites de atuação dos Conselhos Comunitários, que seriam causados, em parte, pelo voluntariado imposto aos seus dirigentes – agentes de segurança e representantes de associações de bairros, principalmente –, pela não capacitação de seus conselheiros, pelo baixo grau de participação social e de representatividade de movimentos sociais diversos, pela falta de transparência das informações em relação a seus membros e dirigentes coordenados verticalmente e pelas concepções oportunistas de muitos de seus integrantes, que veriam esses espaços como meios para realizar objetivos particulares (TATAGIBA, 2005; MIRANDA, 2008; MORAES, 2009; AZEVEDO; CAMPOS; LIRA, 2020).

De todo modo, o trabalho desenvolvido pelos CCS, integrados, em 2004, ao Instituto de Segurança Pública (ISP) no Rio de Janeiro, pode ser percebido e reconhecido a partir da adesão de novos membros efetivos: representações de associações de bairro, de clubes de serviço, de sindicatos, do comércio, da indústria, de bancos, de estabelecimentos de ensino, entre outras entidades públicas e privadas, além dos cidadãos que residem, trabalham e/ou estudam na localidade atendida. A utilização e divulgação de estatísticas de criminalidade para a população é uma das estratégias das forças policiais para demonstrar a profissionalização das ações do estado na direção do combate à “guerra” urbana e, nesse sentido, parece envolver novos atores. Ou seja, abrindo um canal direto da sociedade civil com as diferentes polícias, a participação na implementação e na avaliação de políticas na área de segurança pública passa a ser de grande importância para as camadas mais politizadas da população. E, dessa forma, a localidade é produzida e reproduzida por meio dos anseios de seus representantes de bairro.

No caso do bairro de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, localizado na 13ª AISP, por exemplo, o Conselho Comunitário de Segurança Copacabana-Leme tem como costume se reunir todas as terças-feiras do mês no auditório do 19º Batalhão da Polícia Militar, em Copacabana, com representantes e parceiros dos órgãos públicos, para além das Polícias e Delegacias, mas também superintendentes da 5ª Região Administrativa, representantes do Corpo de Bombeiros e da Guarda Militar, secretários de Ordem Pública e da Secretaria de Assistência Social, bem como representantes da sociedade civil em seus mais variados setores, como as Associações de Moradores dos bairros e os comerciantes. O importante a ser ressaltado nesse aspecto de organização é que os bairros de Copacabana e Leme, integrados em uma mesma área de segurança pública, não consideram mais as favelas ali também localizadas, como Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, em Copacabana, e Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, enquanto representação atuante nas reuniões do CCS, visto que haveria, separadamente, um encontro realizado por cada administração de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em cada favela pacificada.¹¹

As redes de política e o controle urbano do bairro

A partir dos canais de diálogo abertos com os órgãos públicos – como as polícias e as secretarias municipais e estaduais –, as ações, relações e negociações entre os(as) moradores(as) de Copacabana e Leme podem ser mais bem acompanhadas em suas representações nos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS-ISP). Nessa observação, é possível compreender e analisar as atualizações das representações coletivas, por denúncias e demandas, bem como avaliar as instituições envolvidas e seus papéis, a fim de entender melhor os interesses que circundam as políticas de

segurança para essa área nobre da cidade. Nos Conselhos Comunitários, por conseguinte, também é possível observar o perfil dos cidadãos envolvidos em tal debate, além de seu posicionamento político diante de algumas questões pontuais e/ou tangenciais para além da área de segurança pública, especificamente. É nas arenas e no debate público que a política, de fato, se faz, e os reais interesses são, a partir dos papéis ali representados e da situação assim delimitada, colhidos. E, especificamente nessa arena, os(as) moradores(as) se identificam a partir de seus movimentos de bairro, jornais, associações comerciais e relações de propriedade e se conformam assim, como instrumento legítimo e fenômeno político concreto, pois se organizam em defesa de seus próprios interesses (SILVA, 2016). A repercussão da sua ação – por meio desses espaços institucionalizados e/ou de suas relações interpessoais com outros setores e partidos políticos – tem feito com que as agências estatais e, nesse caso, as forças de segurança estejam cada vez mais receptivas às suas demandas, que giram, na maioria dos casos, em torno de questões ligadas à qualidade de vida dos legítimos cidadãos residentes.

Aqui, mais uma vez, a estrutura social é demonstrada por meio dos papéis de representação colocados em debate: como membros e/ou participantes ativos do CCS estão alguns dos representantes das camadas médias dos bairros do Copacabana e Leme, que, por meio de capital político, social e cultural, se sentem contemplados por tal organização a ponto de se pronunciarem conclamando prioridades. E, nesse sentido, o uso da burocracia, do formalismo e de uma gramática própria, enquadrada e partilhada pelas lideranças presentes quando em aclamação de suas demandas para os agentes públicos, é parte de uma representação que torna o espaço público valorizado dentro desses termos. A articulação de dada linguagem e a compreensão dos rituais possibilitam traduzir pedidos/problemas em demandas/prioridades (MIRANDA, 2008). As reuniões comunitárias tendem a ser mais frequentadas por moradores(as) de longa data, pessoas que não moram de aluguel em suas casas, donos de comércios e proprietários-locadores. As opiniões dos inquilinos, dos jovens, das pessoas em situação de rua, dos favelados e dos mais socialmente marginalizados raramente são representadas. Por conta disso, elas tendem a se concentrar menos em crimes graves e mais em problemas de qualidade de vida envolvendo comportamentos desordeiros de baixo nível (VITALE, 2022).

Os representantes das camadas médias da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que classificados de forma heterogênea, são identificados e reconhecidos quando em disputa pela estabilidade e manutenção de seus interesses – como a necessidade de permanecer em conforto e sensação de segurança diante da suposta onda de violência urbana que assola, rotineiramente, o bairro e a cidade. Nesse aspecto, a necessidade de enquadramento e de participação nessas instâncias

de decisão política faz parte de um dever cívico, pois os problemas são assim sentidos de forma particular e emocional, justamente por estarem tão “*close to home*” (ELIASOPH, 1997).

Em um estudo sobre o empenhamento cívico, Nina Eliasoph (1997) ilustra o modo como contextos de interação específicos podem suscitar tomadas de posição e práticas diversas. No caso de uma reunião comunitária em que moradores(as) de um mesmo bairro são motivados(as) a representar suas emoções diante de um debate sobre sua própria segurança, eles(as) orientam seus discursos de maneira íntima, negando os problemas enquanto problemas sociais para focá-los apenas no que atinge pessoal e emocionalmente cada um de seus propositores. A implicação dos problemas de ordem pública a partir de seus próprios interesses traz a ampliação da participação das camadas médias nos debates não apenas públicos, mas também na agência de decisões privadas sobre os programas públicos e/ou na proposição de programas privados para atender a questões públicas. E, com isso, o próprio sujeito político – ou a “sociedade política”, em sua distinção com as formas associativas clássicas pautadas na soberania popular (CHATTERJEE, 2004) – é também formado, diante dos consensos apresentados enquanto grupo e no partilhamento de propostas que os servem, como uma comunidade de indivíduos em interação em torno do mesmo objeto e objetivo (ELIASOPH, 1997).

Reunido uma vez a cada mês, o Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme tem uma formalidade de organização característica dos órgãos públicos burocratizados: encontros após o horário comercial (buscando maior atendimento e participação da população implicada); dentro de instituições ou órgãos públicos (nesse caso, um órgão repressivo, o 19º BPM); em uma mesa composta por representantes dessas instituições e órgãos públicos (coronéis e comandantes da Polícia Militar, delegados da Polícia Civil, inspetores da Guarda Municipal, coronéis do Corpo de Bombeiros, superintendentes da Região Administrativa, secretários e subsecretários das seções de Ordem Pública e Ambiental e da Secretaria de Assistência Social, comandantes das UPP das proximidades, convidados, entre outros), variando a partir de suas agendas; e um quórum de em média trinta representantes das Associações de Moradores e outros órgãos reivindicados como sociedade civil organizada¹², além de moradores(as) sem tipos específicos de vinculação, a não ser, é claro, por serem majoritariamente brancos(as) e moradores(as) legítimos(as) de Copacabana e Leme – um foco, mais uma vez, para um ou nenhum representante das favelas do seu entorno –, que também varia de acordo com a agenda e com o tema em questão. Sendo assim, ritualisticamente, a mesa, na pessoa do seu presidente, faz a abertura da reunião, apresentando a agenda de atividades já realizadas ou ainda por vir, apresentando os representantes presentes e abrindo a pauta do dia para, em seguida, a reunião ser aberta para inscrição e direcionamento

de demandas. As principais denúncias e demandas circulam em torno, basicamente: a) da população em situação de rua; b) do comércio ambulante e os trabalhadores informais; c) das favelas; e d) da presença de moradores(as) de outras regiões da cidade – como da Zona Norte (PÉRES, 2018; POLYCARPO, 2021). Dada a centralidade da questão da violência urbana no Rio de Janeiro nos últimos anos e as formas a partir das quais a sociedade pensa essa violência e as suas possibilidades de resolução, esses espaços apresentam-se, no mais das vezes, como locais de reforço das margens e das demandas por sua civilização, tutela ou evitação (CUNHA, 2012).

Nesse sentido, há, constantemente, uma crítica dos(as) moradores(as) à política de acolhimento realizada pela prefeitura, sob o pretexto de que não deve haver compulsoriedade, mas “que interpretação da lei assegura a ele o direito de permanecer na rua naquelas condições?”, afinal, “se a prefeitura não resolve o problema, o cidadão resolve”, pois o “Estado está falido, não podemos esperar dele”¹³. Atualmente, inclusive, isso, que seria um problema social, tem refletido cada vez mais em um problema de segurança pública, pois os “moradores de rua” estão tendo o hábito de permanecer na porta de bancos, e, dessa forma, os “cidadãos” transeuntes se sentem constrangidos e inseguros sobre a possibilidade de uma abordagem e/ou de um assalto, pois são pessoas “aparentemente em condição de rua, mas de butuca, neste caso”, segundo aponta morador. Para o morador e representante no CCS, em 2018, na realidade, sob a “égide de excluídos socialmente, estão criminosos foragidos da justiça”. O que faz muitos se questionarem “Qual a política de drogas aplicada no Brasil e no Rio? Usuário de maconha e cocaína é conduzido à força à delegacia, e usuário de crack não é crime, e não pode pedir nem pra circular ou conduzir à delegacia?”, apontando, mais uma vez, para a atuação dos órgãos públicos no controle da população de rua enquanto população usuária, aplicando mais enfaticamente as punições da política de drogas.

Além disso, segundo demandado pela maioria dos(as) moradores(as) presentes nessas reuniões, tem havido um crescimento desenfreado dos camelôs em Copacabana – “não dá pra andar na Nossa Senhora de Copacabana”, comenta uma moradora –, sob a denúncia de que muitos deles estão contrabandeando mercadoria roubada ou falsificada, o que seria injusto com as lojas que, no caso, pagam impostos. Nessa lógica de hierarquização, para muitos representantes, o então prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) e o atual prefeito Eduardo Paes (2021-atual) estariam adotando uma política de tolerância aos trabalhadores informais em razão da crise econômica, porém, a informalidade, para os(as) moradores(as), acaba prejudicando o mercado formal, ao gerar concorrência desleal com o comércio estabelecido, visto que o camelô não faria parte da cadeia produtiva, segundo suas considerações. Em relação à desordem, portanto, o planejamento urbano retoma a favela enquanto “problema” quando em reclamação de seu crescimento e denúncias de

que “há mansões na favela” ou então que “vans estão ocupando a vaga de moradores do bairro”, como se a favela, portanto, não fosse bairro. Mas é ainda por conta dos tiroteios – como em um momento em que uma moradora levou o projétil que atingiu seu prédio sob o discurso de que “só a UPP não tá conseguindo segurar, que o BOPE se faça presente”, em 2018 – e por reclamações de bailes *funks* e de crescimento imobiliário desordenado que a favela é reforçada enquanto indesejável pelos moradores de seu entorno.

Por outro lado, em relação à sensação de (in)segurança nos bairros, um morador “linha dura” argumenta, em comparação, que “Copacabana é cartão de visita do Brasil, tinha que ter condição especial sim [com CHOQUE, BOPE e Forças Armadas]! O bairro está uma favela, não dá mais!”, e sua fala é aplaudida pela maioria. Em seu discurso, esse morador reafirma a desvalorização do bairro por conta da onda de marginalidade e criminalidade, “descendo” a favela para o bairro, de forma contaminosa e nociva. Quando, portanto, a desordem (o perigo e o medo) aparece nos bairros de classes médias e altas, a relação com a favela, enquanto propagadora dessa desordem, é imediatamente aplicada. O presidente do Conselho Comunitário à época, ainda reconhece, por um lado, que se tem cobrado bastante do 19º Batalhão de Polícia Militar, pois “a situação está muito complicada nas comunidades”, e para tanto, tem-se pedido o auxílio também do CHOQUE e do BOPE, pois não é um problema de fácil resolução “que traz reflexo pro asfalto”. Segundo ele, “vai ter confronto, abrir incisão, ter trauma lá em cima, não pode é deixar do jeito que está”, ao se referenciar às favelas – agora como algo minimamente distante – e à necessidade de atuação da polícia.

A presença de moradores(as) de outras regiões da cidade é pauta constante nas denúncias e demandas das reuniões do CCS, visto que a Zona Sul da cidade, e, principalmente, Copacabana, pelas suas praias e áreas de lazer, tem sido, desde muito, área de encontro dos diversos moradores(as) da cidade do Rio de Janeiro, graças à mobilidade e acesso à cidade e suas atrações por meio do metrô e das linhas de ônibus. Porém, pelo perfil dos seus(as) moradores(as) e os privilégios que esses bairros têm em comparação a todo o restante da cidade, justamente essa mobilidade vem sendo cerceada. Como dizem, o “problema é a saída da praia aos finais de semana, dos marginais”. A marginalidade, portanto, territorializada nas fronteiras periféricas da cidade, é tida não só como segregação socioespacial, mas também como problema de segurança.

A “Operação Verão”, operação de policiamento ostensivo¹⁴ nas praias cariocas durante o verão, em razão do aumento de movimentação e mobilidade na cidade nesse período, é também apresentada e discutida no CCS como uma “questão e problema que envolve todos nós, não só Polícia Militar, Judiciário e afins, mas outras instituições, é uma situação que aflige todo mundo”,

como comenta o major responsável. Eles têm analisado imagens de ônibus de moradores(as) de comunidades específicas que se deslocam até o Arpoador, ressaltando que várias pessoas que vêm dessas comunidades praticam crimes na região, sendo necessário uma atenção maior e um maior monitoramento da movimentação desses indivíduos. Para o major “nenhum morador [de Copacabana ou Arpoador] tem interesse de saber que foram presas 150 pessoas, mas quer saber que não ocorra o crime”, por isso é necessária uma ação preventiva.

Como podemos observar, os(as) moradores(as) participantes (e demandantes), em sua maioria, são homens e mulheres brancos, de meia idade (entre 30-60 anos), assessores públicos, empresários, advogados, engenheiros ou aposentados, moradores do bairro há mais de duas décadas, pelo menos. Esses frequentadores, de forma associada ou não, se organizam a fim de debater sobre as melhorias necessárias ao bairro e reivindicar o atendimento de suas denúncias e demandas frente aos órgãos públicos, formando uma rede que se amplia para além dos encontros mensais (POLYCARPO, 2021). Ao ouvirem as demandas, os representantes dos órgãos públicos tomam a palavra para, por um lado, se defender e, por outro, apresentar e encaminhar soluções. Quando há denúncia de alguma postura policial, por exemplo, o comandante (ou o inspetor) defende a instituição e afirma que a conduta será investigada; quando a demanda é específica de algum órgão que não está presente, o representante orienta os moradores sobre a estrutura do funcionalismo público e diz que encaminhará a solicitação; quando a demanda é muito geral e possibilita, por exemplo, a abertura de um debate, o representante cessa a discussão, exigindo que sejam apresentadas apenas demandas capazes de serem atendidas pelos agentes, pois existem posturas que dependem também da população – já que a segurança é “um dever e responsabilidade de todos” (POLYCARPO, 2019). Diante do quórum, dos membros e da dinâmica do CCS, se observa que ambos, agentes e moradores(as), partilham de uma mesma concepção sobre segurança pública, que se pauta na defesa conservadora de valores morais do “cidadão pagador de impostos” e no reconhecimento heroico das polícias como salvadoras e mantenedoras da ordem pública e social. Esse tipo de acordo entre os representantes também é percebido por elogios individuais realizados aos moradores, pelas próprias polícias¹⁵, e homenagens realizadas aos agentes, pelos moradores¹⁶.

Espaços institucionalizados, como os CCS-ISP, nos servem para acompanhar a forma por meio da qual burocratas da linha de frente (DUBOIS, 2019) e representantes de diferentes órgãos influenciam os resultados e o desempenho das políticas públicas, em diálogo – e/ou em conflito – com setores da sociedade civil que participam com ou sem representação. Na interação rotineira desses encontros, os(as) moradores(as) dos bairros de Copacabana e Leme se apresentam

como usuários dos *serviços* de segurança pública que, diante da importância histórica relegada ao território, devem ser implementados com a devida atenção, pois “em Copacabana é diferente”, “somos a vitrine do Brasil”¹⁷. As tomadas de decisão, portanto, envolvem esses demandantes, suas redes pessoais e os agentes que atuam nas ruas de maneira a também serem monitorados quanto ao atendimento das principais demandas, não se bastando apenas à coordenação dos projetos, mas à rotina de patrulhamento das ruas e o convívio com os moradores(as) do bairro. Nesses casos, os “guichês” de atendimento se tornam as próprias patrulhas, e, mais recentemente, o *WhatsApp*, em modernização das técnicas e dispositivos de atuação das políticas públicas e sua dinâmica nos bairros em questão.

De 2017 a 2020, pudemos participar de 27 reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme, todas realizadas na sede do 19º Batalhão de Polícia Militar, no bairro de Copacabana, trazendo, aqui, recortes etnográficos desses encontros. É importante, porém, ressaltar que a última reunião realizada presencialmente ocorreu em fevereiro de 2020. Nesse momento, comemorava-se o primeiro mês de implementação do programa *Copacabana Presente*, do governo do estado, com apresentação de seus agentes e de seus resultados, e a formalização da parceria com órgãos e atividades do programa já em andamento no bairro, sob a administração da Prefeitura, o *Rio+Seguro*. Após esse encontro, as reuniões presenciais foram canceladas devido às restrições e medidas sanitárias recomendadas para controle e prevenção da pandemia do novo Coronavírus que atingiu o país – e que, como consequência de uma grave crise, aprofundou desigualdades e reproduziu discriminações.

Os olhos das ruas e das redes: grupos de *WhatsApp* e redes sociotécnicas

Para além dos encontros institucionais e burocratizados que formam e conformam a sociedade civil organizada (pois que legítima como movimento de bairro) de Copacabana e Leme no CCS-ISP, os bairros têm diferentes representações de suas demandas e rotinas, que se expressam por meio de jornais de bairro, páginas de redes sociais e outras organizações também formais, como as associações de bairro. Há, por exemplo, cerca de dez associações de bairro que se identificam por diferentes territorialidades, como: a Associação dos Moradores do Leme (AMALeme), a Associação de Moradores Viva Leme, a Associação dos Moradores de Copacabana (AMACOPA e AD), a Associação dos Moradores e Amigos de Copacabana (AMACOPA), a Associação dos Moradores do Bairro Peixoto, a Associação dos Moradores da Praça Cardeal Arcoverde, a Associação dos Moradores do Posto 5 e 6 (AMA56), a Sociedade Amigos de Copacabana (SAC), a Câmara Comunitária de Copacabana, Bairro Peixoto e Leme, além das associações de moradores da

Babilônia, do Chapéu-Mangueira, do Pavão-Pavãozinho e do Tabajaras, e outras organizações como o Lions Clube, em atividade.

Com o crescimento das mídias digitais e das tecnologias de informação e comunicação (TICs), em especial na última década, novos canais de diálogo com a população, com os agentes e até mesmo com os gestores foram abertos, sendo responsáveis pela ampliação das formas de atuação da política de segurança pública nos bairros em questão, bem como no estado do Rio de Janeiro como um todo. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), desde pelo menos 2015¹⁸, tem investido em comunicação direta com a população por meio de páginas no *Facebook* e grupos no *WhatsApp*. A possibilidade de que quaisquer cidadãos discutam, denunciem e demandem ações das polícias em relação a crimes cometidos em seus bairros de moradia é uma novidade (NUNES, 2020) e tem sido parte da atuação dos programas, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Essa novidade, bem como as políticas e os aparatos de vigilância implementados durante o período dos megaeventos, como o Centro de Operações Rio (COR) e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) – como veremos adiante –, intensificam as estratégias de securitização e controle sob um modelo gerencial-militarizado (CARDOSO, 2019) e, para isso, contam com o suporte de certos arranjos sociotécnicos. Tal como aponta Rodrigo José Firmino (2018), tais tecnologias têm servido de suporte para a intensificação de práticas ligadas ao monitoramento e controle de identidades, movimentos, acessos ou mesmo de características físicas de lugares e territórios na cidade. A militarização de territórios e populações, portanto, passa também pelas diferentes formas de *policialização* da cidade que têm como atores ativos os(as) próprios(as) moradores(as).

Em Copacabana e Leme, essa tem sido uma das estratégias de manutenção da sensação de segurança de seus moradores(as) diante da diversidade de corpos e identidades em circulação. Além de usarem o canal aberto para receber denúncias e sugestões da população, os policiais e agentes utilizam as informações que circulam nas redes para direcionar o policiamento e atuar de maneira mais “eficiente” no atendimento de demandas voltadas diretamente para eles. A divulgação desses canais de diálogo pode acontecer de diferentes formas. No caso dos bairros aqui estudados, o *WhatsApp* do 19º Batalhão da Polícia Militar é divulgado por meio das reuniões do CCS e por jornais de bairro, como o *Jornal Posto Seis*. Além dessa comunicação centrada nos Batalhões, como parte de uma nova política de atendimento de demandas por meio das redes, grupos de *WhatsApp* são formados com agentes, gestores de diferentes órgãos e moradores(as) atuantes. Em 2017, por exemplo, a partir da divulgação desses contatos, foram criados os grupos “Ordem Pública Copa-Leme” e “Moradores Rio+Seguro”, que contavam com 155 e 228 membros,







respectivamente, em 2021. Além disso, a página “Copacabana Alerta”, criada em 2015 por moradores, sob a administração de Paulo Carvalho, tem cerca de 70 mil membros no *Facebook*.

Pelo seu caráter mais seletivo e personalista, nos atentaremos a analisar neste artigo os olhos das ruas e das redes que se fazem presentes nos grupos de *WhatsApp* supracitados. Neles, fazem parte os(as) moradores(as) mais ativos(as) do bairro; a inclusão e participação nesses grupos requer convite e autorização dos administradores. Além desses membros, estão os diversos representantes dos órgãos públicos e das polícias, desde os agentes dos programas *Rio+Seguro* e *Copacabana Presente* (inspetores, guardas municipais, policiais militares e policiais civis) até as Secretarias municipais e estaduais, bem como superintendências, coordenadorias e órgãos municipais, como a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). A dinâmica de demandas e relatórios é diária, e, para tanto, as regras do grupo também são bem claras:

Grupo RIO+SEGURO

- Alertas para ocorrências policiais
- Alerta de atitude suspeita de cometimento de crime
- Assaltos, furtos
- Ameaças e arruaças
- Uso e tráfico de drogas

PROIBIDO

-  BATE PAPO
-  Assuntos que não sejam referentes a segurança
-  Postagens de política, e/ou similares
-  Vídeos que não sejam de ocorrências
-  Áudio
-  Desrespeito aos policiais ou membros do grupo

OBS: DEMANDAS DEVEM CONTER :

- Ocorrência
- Endereço
- Característica dos suspeitos
- Se enviar foto, por favor mande separado da demanda.

GRATA 🌹¹⁹

Grupo ORDEM PÚBLICA

- Fiscalização de Comércio Ambulante (camelôs e fruteiros)
- Moradores de Rua
- Iluminação Pública
- Buracos nos asfalto/calçamento
- Ocupação irregular das calçadas
- Sinalização de trânsito
- Festas/Churrascos nas vias públicas
- Barulho acima do limite legal

PROIBIDO

- 🚫 BATE PAPO
- 🚫 Assuntos que não sejam referentes a segurança
- 🚫 Postagens de política, e/ou similares
- 🚫 Vídeos que não sejam de ocorrências
- 🚫 Áudio
- 🚫 Desrespeito aos policiais, GMS ou membros do grupo

OBS: DEMANDAS DEVEM CONTER :

- Ocorrência
- Endereço
- Característica dos suspeitos
- Se enviar foto, por favor mande separado da demanda.

Grata 🌹²⁰

Ambos os grupos são administrados por representantes dos bairros em questão, sendo os administradores: o presidente do CCS, os presidentes das Associações de Moradores de Copacabana e Leme, os coordenadores e comandantes responsáveis pelos programas de segurança pública em atuação, como o comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar, o coordenador do projeto *Rio+Seguro*, o inspetor geral da Unidade de Ordem Pública (UOP-Copacabana) e os gerentes administrativos dos bairros. Sendo assim, são eles quem decidem sobre a entrada e a permanência de moradores(as) e colaboradores(as) nos grupos, havendo, inclusive, uma revisão periódica dos participantes para garantir a segurança das informações ali compartilhadas. Para permanência, é necessário que o participante confirme sua relação com o bairro, se de moradia e/ou de trabalho, confirmando o endereço e a profissão. São feitas, regularmente, algumas “rondas” pelo grupo, passando pela retirada daqueles participantes que, de alguma maneira, infringem as regras ou não colaboram com o trabalho dos agentes em prestação dos serviços, podendo, eventualmente, entrar em conflito com algum órgão em atuação.

Nesse sentido, os grupos de *WhatsApp* e mídias digitais, utilizados como instrumento de orientação e fiscalização do policiamento do bairro, se constituem como outro meio de controle das demandas e da ação dos próprios agentes, pois os responsáveis pela sua organização são os mesmos que administram outras instâncias da relação com os órgãos públicos, como o próprio CCS, servindo, portanto, como reforço aos interesses de um grupo específico (e restrito) de moradores(as) de Copacabana e Leme. Sendo assim, as demandas circulam em torno dos mesmos “problemas”, a saber: a população em situação de rua, potencialmente classificada como “*crakudos*”; o comércio ambulante e, para o bairro, ilegal; os visitantes suburbanos da Zona Norte, que chegam à área por meio do ônibus 474; a desordem das favelas do entorno, por meio dos bailes e das construções; e, somando-se a eles, os incômodos

dos bares em algazarra e som alto que perturbam o sossego dos moradores do bairro boêmio, porém, residencial (POLYCARPO; 2019, 2021).

Mesmo que os grupos tenham sido criados de maneira voluntária e extraoficial, durante os anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia do novo Coronavírus no Rio de Janeiro, eles têm se mantido como os canais oficiais de comunicação dos agentes (policiais militares e guardas municipais) e gestores (servidores municipais e estaduais) com a sociedade civil então organizada, mesmo após a retomada das reuniões mensais presenciais do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme, na sede do 19º Batalhão da Polícia Militar, no início de 2022. É por meio desses grupos que a rede formada por moradores(as) seletos passa a realizar, exclusivamente, denúncias e solicitar demandas aos agentes de ponta e aos coordenadores dos programas em atuação nos bairros, congregando cada vez mais participantes – assim selecionados e aprovados pelos administradores.

Pelo seu caráter de instantaneidade, os grupos de *WhatsApp* cumprem o papel de alertar quanto a atividades (e corpos) suspeitos, bem como quanto a práticas informais ou ilícitas, obtendo grande participação dos moradores(as) colaboradores(as) em postagens diárias com pedidos de “socorro” junto a fotografias com marcações de “criminosos”, “desordeiros” e “vagabundos”. Com a facilidade de acesso aos celulares, ambos os participantes, moradores(as) e agentes, respondem de maneira direta aos chamados e até preferem que as demandas sejam direcionadas por esse meio, em vez do protocolar 1746 – canal oficial da prefeitura – ou o 190 – canal oficial da Polícia Militar. Muitos(as) moradores(as), porém, reforçam os chamados para garantir que serão atendidos o quanto antes:

“Agora além de postar aqui no grupo, abro chamado no 1746, pelo App, para quem sabe gerar uma estatística “vigilante” para esses locais mais problemáticos. Até onde eu sei isso ajuda as autoridades a tirar conclusões futuras e nas respectivas providências. Precisamos fazer isso aqui, uns pelos outros, mesmo que estejamos longe do local do fato. As informações postadas aqui, são detalhadas o suficiente para isso”. (Morador, grupo “Ordem Pública Copa e Leme”, 13/03/2021)

Em muitos dos casos, por exemplo, o protocolo do 1746 só é solicitado pelos agentes para dar “baixa” e oficializar o chamado, gerando dados estatísticos para a comprovação da atividade dos agentes em apoio ao reforço do patrulhamento. Porém, alguns dos(as) moradores(as) dizem que suas demandas são atendidas apenas quando são compartilhadas nos grupos, pois, ali, o atendimento é mais direcionado a partir dos dados passados pelos próprios moradores(as) diretamente aos agentes. No grupo “Ordem Pública Copa e Leme”, por exemplo, para prestação de contas desses chamados, os agentes enviam, ao final de cada plantão, um relatório das atividades, contabilizando os AITS (autos de infração), TCI (termos de cooperação interna), TRO (termos de registro de

ocorrência), TRM (termos de retenção de mercadorias) e solicitações do 1746, além das atuações mais pontuais em apoio aos órgãos e aos programas, como *Rio+Seguro* e *Copacabana Presente*, ou outras operações, como a “Operação Verão”. Dessa forma, os grupos também se configuram como um espaço de reconhecimento da ação policial, que, por meio de relatórios de atendimento às demandas, gera reações de admiração e agradecimento dos moradores(as) envolvidos(as). A cada relatório – ou apresentação da equipe em formação do dia, por exemplo –, os participantes parabenizam²¹ os agentes pelas ações de enfrentamento e reconhecem o trabalho árduo e heroico na “luta pela ordem” e “proteção” dos bairros de Copacabana e Leme pelos “anjos da Guarda” e “guerreiros” da Polícia Militar.

Diante desses canais e das suas diferentes formas de agenciamento e monitoramento da atividade policial, a sociedade civil e, especialmente, a sociedade civil organizada em diferentes representações de bairro, se torna ainda mais atuante na avaliação e no aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança. A participação, portanto, não se faz apenas por meio de denúncias e demandas, mas ao *coproduzir*, com aos agentes, os dados e as estratégias de atendimento ao bairro. Localizando os serviços a partir da interação por meio de canais oficiais e extraoficiais e suas redes sociotécnicas (LATOIR, 2012), os(as) moradores(as) dos bairros de Copacabana e Leme formulam as políticas públicas e seus limites. Nesse caso, até mesmo os celulares se tornam dispositivos de segurança, tanto a partir dos agentes quanto a partir dos(as) próprios(as) moradores(as), que fotografam, georreferenciam e monitoram constantemente os problemas e as posturas dos atores envolvidos na implementação dos programas. A interação das redes de polícia e política acontece, portanto, entre seres humanos (agentes e moradores) e seres não humanos (celulares e redes sociais), permitindo um envolvimento maior entre diferentes atores e seus papéis sociais no aperfeiçoamento das políticas, em redes que também envolvem relações de confiança e direcionamento de recursos. As redes que se formam por meio de um conjunto de estratégias, táticas e técnicas têm, por efeito e não causa, relações de poder. É necessário, nesse caso, entender o espaço urbano, e o próprio território, não apenas como meio, mas também como ferramenta de políticas de securitização que, claramente, tem uma influência no aumento de estratégias de vigilância e securitização da cidade sob uma lógica neoliberal (FIRMINO, 2018).

Os dispositivos de segurança e policiamento da população

Para além dos canais fechados de diálogo e negociação local para operacionalização dos programas de segurança nos bairros da cidade, que contam com a facilitação das tecnologias de informação e comunicação para sua atuação, há uma rede ampliada de atores que mantém

(e aperfeiçoa), a partir (ou não) do Estado, o conjunto de aparatos sociotécnicos que tornam a segurança também uma questão de tecnologia. Como uma forma de exercício do poder, agentes, máquinas e instituições se dedicam diuturnamente ao monitoramento de indivíduos e grupos, interna e externamente às instituições de controle, formando, como vimos, redes sociotécnicas locais de *policialização* e securitização da cidade. Para Michel Foucault (2010), o biopoder é uma tecnologia de poder, um modo de exercer várias técnicas de segurança e de gestão que permitem o controle de populações inteiras²². Nas últimas décadas, interfaces da vigilância vêm se aperfeiçoando na medida em que outros (e novos) dispositivos de segurança e controle passam a fazer parte do cotidiano das corporações e da própria população, com novas formas de policiar e agenciar o poder do governo em parcerias com diferentes agentes, sem que estes tenham qualquer função institucional. Os novos dispositivos, atualizados a partir de algoritmos e sensores, vêm sendo incorporados no cotidiano das políticas de segurança pública e no próprio cotidiano de moradores e moradoras, sendo responsáveis pela constituição de novas formas de fazer política – e polícia – nas cidades contemporâneas.

As redes sociais (e as mídias digitais), por exemplo, comandadas por empresas privadas a nível global, também são parte fundamental de outro aspecto da vigilância, a vigilância lateral ou *peer-to-peer*, que serve às práticas de controle social. Trata-se da vigilância que os usuários das redes sociais ao mesmo tempo sofrem e executam ao fazerem uso dessa tecnologia – o que também pode ser estimulado pelo próprio Estado, ao solicitar apoio no monitoramento cotidiano por meio de canais como *Facebook* e *WhatsApp*, tornando a interação pessoalizada e personalizada por meio dos perfis e contatos dos próprios atores. Esse tipo de interação torna aproximada a participação, que, muitas vezes, não depende de mediações institucionais, mas acontece de perfil público/pessoal para perfil público/pessoal. Além disso, o incentivo a parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil para a instalação de câmeras de segurança que sejam capazes de compartilhar seus dados com os órgãos de governo, como, no caso do Rio de Janeiro, o CICC, do governo do estado, ou o COR, da prefeitura, tem construído um nicho para os mercados que monitoram as redes e as ruas pela palma da mão. Conforme alertam Hirata e Cardoso (2016), em ambos os casos (CICC e COR), integração e coordenação, suportadas por uma pesada infraestrutura tecnológica, representam a nova prática de controle de fixos (estruturas fixadas territorialmente) e fluxos (representações sociais que dão significado aos fixos)²³.

O CICC, até 2019 gerido pela Secretaria do Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG), é parte do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) a nível nacional e desempenha papel relevante não apenas na constituição das políticas de segurança, mas também na

composição do próprio Estado e nas estratégias de *governamentalidade* adotadas, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro (CARDOSO, 2019). A construção desse sistema integrado, em operação desde 2013, está associada ao ciclo de megaeventos realizados na cidade e tem como argumentação uma mudança de paradigma na atuação das forças de segurança pública e na própria maneira de pensar segurança pública a partir da estrutura de funcionamento em rede – de forma coordenada ou integrada – como um sistema sociotécnico que envolve atores humanos e não humanos na garantia de maior eficácia às políticas (e polícias), estabelecendo a coordenação operacional e a integração informacional por meio de várias tecnologias. Hoje, o sistema integrado é o elemento central das operações de gestão cotidiana da metrópole – bem como de suas situações de “exceção”, caracterizadas pela “guerra às drogas” e suas estratégias de militarização, sendo ponto de passagem obrigatório para as redes de ação entre as diferentes agências, inclusive, entre agentes e gestores em operação nos programas *Segurança Presente* e *Rio+Seguro*, em atuação nos bairros de Copacabana e Leme.

As estratégias de comando e controle, portanto, contam com técnicas e redes inspiradas na lógica da administração de empresas como parte importante da gestão dos governos de racionalidade neoliberal, ganhando configurações próprias a cada aplicação e implementação de políticas, a partir de um modelo que Bruno Cardoso (2019) chama de modelo gerencial-militarizado, que combina tradição autoritária, hierárquica e intervencionista das polícias e instituições de segurança e militares com a administração de empresas e sua gestão burocrática. Em torno desse modelo estão os agentes de ponta, como policiais militares e guardas municipais dos programas *Rio+Seguro* e *Copacabana Presente*, por exemplo, e os gestores e coordenadores técnicos que administram os programas de segurança pública e os equipamentos de comando e controle, tanto por meio dos dispositivos formais quanto por meio dos dispositivos informais que alimentam o modelo e seu sistema sociotécnico. É, por exemplo, a partir desse centro que os chamados para o 190 da Polícia Militar e o 1746 da prefeitura são encaminhados, direcionando viaturas e diferentes órgãos para atendimento.

A gestão técnica de um modelo de comando e controle também tem como atores aliados e comprometidos com a coordenação dessa rede as empresas de tecnologia e segurança e seus interesses de mercado, visto que, em torno da manutenção do controle, é exigida uma infraestrutura técnica que conecta todos os órgãos, setores e agentes de maneira instrumental e operacional, por TICs. Como apontado por Frossard e Jaffe (2019), as tecnologias que se articulam no campo da segurança são objetos de fronteira entre formas de segurança estatal e não estatal para objetivos de policiamento, pois, nas cidades contemporâneas, a segurança é produzida por uma pluralidade

de atores. Além de compreender tais dispositivos tecnológicos como “objetos fronteiriços” na produção da segurança (e da securitização), é igualmente importante levá-los a sério em termos da política em que estão inseridos – capazes de borrar as fronteiras entre público e privado na produção das cidades e, com isso, gerar novas sociabilidades.

É nesse sentido que são firmadas parcerias que ligam o Estado e as forças de defesa e segurança a diversas empresas, novas ou já tradicionais no ramo de tecnologias de guerra, que passam a cooperar com o Estado, mobilizando negócios com altos custos em forma de investimentos e legados para uma cidade em desenvolvimento – como ocorreu no bojo dos megaeventos de 2013 a 2016 na cidade do Rio de Janeiro –, enquanto têm como planejamento estratégico e legado securitário a ocupação militar. Um desses grandes legados é toda a infraestrutura que integra milhares de câmeras espalhadas pelo espaço urbano e modal da cidade, e os diversos *softwares* de análise de dados e produção de informações, que são operados por diferentes agentes das forças de segurança concentrados em um mesmo ambiente tecnológico que se pressupõe a base da inteligência das forças táticas de segurança. Nesse sentido, o processo de *securitização* da cidade se utiliza de diferentes dispositivos e técnicas integradas para manter a vigilância e o controle, sitiando territórios da cidade e policiando determinados corpos e condutas.

O COR, inaugurado em 2010 pelo governo municipal do Rio de Janeiro, integra essa rede sociotécnica de *securitização* da cidade como parte do novo urbanismo militar em operação, que aperfeiçoa aspectos já radicalizados das formas de segurança em novas tecnologias de controle urbano interno (GRAHAM, 2010), incluindo a prefeitura na coordenação técnica da segurança pública. Portanto, as chamadas referentes à Guarda Municipal e aos órgãos públicos municipais são direcionadas ao atendimento do 1746, localizado no prédio do COR, que produz os protocolos de encaminhamento aos serviços e agentes necessários. Além disso, um agente da Guarda Municipal, identificado como “Permanência”, realiza o monitoramento das câmeras em contato direto com os agentes de ponta e, pelos grupos de *WhatsApp* de Copacabana e Leme, também recebe os chamados dos moradores e moradoras por meio do projeto *Rio+Seguro*.

O COR foi o primeiro equipamento olímpico entregue pela prefeitura do Rio de Janeiro, sob o governo de Eduardo Paes (2009-2016; 2021-atual), e, com ele, se pretende um legado de cidade inteligente e conectada. O prédio, localizado no centro da cidade, próximo à prefeitura e ao CICC, funciona como quartel-general de integração das operações urbanas no município, integrando também dados compartilhados entre o CICC. Cerca de 30 órgãos (secretarias municipais e concessionárias de serviços públicos) estão atuando de maneira coordenada no edifício, na intenção de monitorar a operação da cidade e acionar com maior eficácia os responsáveis

para atendimento às demandas, como a Polícia Militar, a Guarda Municipal, a Polícia Civil ou o Corpo de Bombeiros. Cerca de 800 câmeras da Prefeitura são monitoradas pelos agentes lotados no COR, que também têm acesso a outras 700 gerenciadas por concessionárias de serviços públicos, como o programa Luz Maravilha, e privados, como as startups *Noah*, *Waze*, *Uber* e *Surf Connect*. Todas as câmeras e informações de sensores e softwares podem ser visualizadas de forma integrada em um telão de 65 metros quadrados na sala de controle do COR²⁴. Esses dados, portanto, também são acessados pela “Permanência” do programa *Rio+Seguro*, que atua 24h em contato direto com as viaturas nas ruas – e nos grupos *WhatsApp* – e que, em 2019, já tinha realizado 6 das 170 prisões em Copacabana a partir de videomonitoramento e reconhecimento facial, graças as 54 câmeras com esse tipo de detecção instaladas no bairro como experiência piloto e acompanhadas pelos agentes lotados no COR²⁵.

Ao tornar a continuidade das rotinas cotidianas um caso de polícia, com o apoio de tecnologias de informação e comunicação para controle e monitoramento, atores sem necessário envolvimento com os regimes de militarização da segurança tornam o ato de policiar parte de um exercício de cidadania pautado na tentativa de garantia de sua sensação de segurança, seja por meio de câmeras de vigilância instaladas em casas e calçadas, seja no monitoramento constante das atividades de vizinhos e transeuntes, até o diálogo direto com agentes de segurança oficiais (e extraoficiais) para atuar na sua proteção privada. Com isso, o controle sobre as políticas de segurança se problematiza em novas disputas de atores pelos dispositivos de securitização e *policialização* da cidade, por meio de um *novo milicianismo urbano* próprio à cidade do Rio de Janeiro, uma vez que é baseado na proteção privatizada de determinados territórios como ordem.

Nesse sentido, compreendemos que *policialização* se refere ao uso de práticas de fiscalização e controle por meio do que se define como o “trabalho de polícia” e que tem, sistematicamente, se espalhado para práticas civis e comunitárias em razão do acesso a novas tecnologias de vigilância – como os próprios celulares e/ou redes sociais. Consideremos *milicianização* o conjunto de práticas de militarização e *policialização* não apenas produzidas a partir da ação das forças de segurança do Estado, mas orientadas a partir da *sociabilidade gerencial-policial* (PÉRES, 2022) que personifica os conflitos urbanos e define as dinâmicas de determinados grupos da sociedade para o controle de territórios e condutas em uma lógica de proteção privada e privatizada. A novidade está justamente na capacidade subjetiva de introjeção dessas práticas não apenas como aparato sociotécnico de um urbanismo militarizado, mas, sim, como novas maneiras de pensar e de agir de um corpo de cidadãos que fazem da cidade um espaço de conflito constante na construção de um tipo de domínio militar, econômico e político com práticas totalitárias.

Considerações finais

Ao longo das disputas em torno da política de segurança pública no Rio de Janeiro, o aperfeiçoamento da lógica de fiscalização e controle em escala sociotécnica é parte do que chamamos de *sociabilidade gerencial-policial* que, diante da capilarização da sociabilidade violenta como ordem prática das relações cidadinas em torno da insegurança e do medo, se atualiza em novos dispositivos sociotécnicos capazes de orientar todos os cidadãos – para além dos agentes de segurança – para uma *policialização* das condutas rotineiras por meio de redes de política coordenadas. Nesse sentido, casos corriqueiros de pequenas desordens e/ou infrações são produzidos como casos de polícia que merecem controle e repressão pública (e privada), mobilizando uma série de agentes e técnicas de vigilância. Isso acontece porque o modelo gerencial militarizado das políticas de segurança pública transfere para as polícias – e para o policiamento – a solução para todos os males sociais por meio da implementação de formas cada vez mais agressivas, invasivas e restritivas de policiamento, e, com isso, uma rede de moradores(as) resolve participar desse gerenciamento operando as ações de ordem e fiscalização a partir de seus próprios meios.

Um exemplo é justamente a operacionalização do projeto *Rio+Seguro* em Copacabana, no “cartão-postal” da cidade do Rio de Janeiro, em que moradores(as) são responsáveis pela construção da política e das estratégias de patrulhamento a partir do que eles próprios demandam e orientam como ação policial. E, mesmo assim, não satisfeitos – ou, nesse caso, não se sentindo seguros o suficiente –, ampliam seus mecanismos de controle para uma lógica de proteção privada e *milicianizada* de segurança, pois particulariza a segurança pública como proteção de fachadas e estabelecimentos privados. Pelo que podemos perceber diante dos relatos e dados apresentados neste artigo, a aprovação da política de segurança ocorre por meio da atuação privada de determinados agentes, não vistos a partir de seus órgãos institucionalizados, mas, sim, dos arranjos e das redes sociotécnicas que fazem com que os recorrentes programas operacionalizados e fiscalizados por moradores(as) sejam parte de um processo de acumulação social do fracasso da segurança pública – ou, em uma concepção de acordo com a atual lógica cidadina, uma nova forma de *milicianizar* a segurança (ao privatizar e particularizar os serviços de proteção para atender a seus próprios interesses).

As polícias do Rio de Janeiro – e a ampliação do que se considera como “trabalho de polícia” sob suas diferentes esferas – estão produzindo na vida cotidiana uma *sociabilidade gerencial-policial* que aperfeiçoa as técnicas de vigilância e controle para todos os espaços da cidade. E enquanto a polícia for incumbida de travar “guerras” simultâneas contra as drogas, o crime e a desordem, teremos um policiamento agressivo e invasivo que criminaliza desproporcionalmente os homens jovens, pobres e negros – das classes populares às “classes perigosas”, os inimigos sempre foram

internos à gestão da ordem de uma sociedade estruturada no capitalismo tardio que reforça suas estratégias de higienização e controle continuamente. O que estamos testemunhando, em especial, no Rio de Janeiro, é uma crise política que se configura em uma crise permanente da segurança pública, produzida por uma acumulação social dos fracassos de estratégias e programas de segurança que tomam a violência a partir das estatísticas apenas e não atacam, propriamente, as suas bases. Em todos os níveis, lideranças partidárias e representantes das camadas médias em operacionalização das políticas de segurança abraçaram uma política neoconservadora que enxerga todos os problemas sociais como problemas de polícia – ou *casos de polícia* – e, assim, os utilizam como mercadorias políticas (MISSE, 2010).

É nesse sentido que, diante de todas as tentativas de treinamento, aproximação, coordenação e reforma das instituições policiais no Brasil, nem mesmo um projeto que constrói “bons” laços com a população local – como o projeto *Rio+Seguro* – representa um modelo de *sucesso* para o que se pretende como sociedade democrática e menos violenta. O que vemos é a continuidade de práticas de repressão e violação cada vez mais presentes no cotidiano das ruas como forma de gestão das vidas precárias. E dessas tecnologias são produzidas novas sociabilidades – e subjettivações. Nessas duas últimas décadas, em especial, acompanhamos o aumento da percepção sobre a violência urbana e a criminalidade violenta dada a centralidade desses temas para a agenda de políticas de segurança pública: da favela ao asfalto, foram dezenas de iniciativas, a nível federal, estadual e municipal, para a contenção do crime comum e a garantia da propriedade e das rotinas cotidianas, o que ampliou a legitimidade da “guerra às drogas” e da suspeição de corpos jovens, pobres e negros por todos os territórios da cidade. Nessa “guerra” urbana, identificamos uma lógica militarizada que suspende o processo de consolidação dos direitos civis e reorganiza as práticas a partir de um processo de *policialização* constante de corpos e condutas, que ganha força graças aos avanços das tecnologias de vigilância e controle aliados às tecnologias de informação e comunicação – graças a uma racionalidade que tem por escolha a “guerra” e que transcende, portanto, o discurso para tomar as ruas (e as redes).

A metáfora de guerra tem (re)ordenado as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro desde, principalmente, os anos 1990, um período proposto, à revelia, como um período de redemocratização (LEITE, 2012). Entre 1990-2000 há a promoção, por parte do Estado, de uma “guerra” aos traficantes varejistas territorializados nas favelas e periferias da cidade, por meio de operações esporádicas e muito violentas. Entre 2000-2010, com a implantação das UPP em favelas estratégicas, o objetivo de retomar o controle armado do território e “civilizar” seus(as) moradores(as) é condição à integração desses territórios à cidade, por meio da ocupação e da

militarização. Entre 2010-2020, não garantindo a integração desses territórios e seus(as) moradores(as), o urbanismo militar toma os espaços do asfalto e atualiza seus dispositivos de ordenamento por meio da ocupação militarizada e *milicianizada* de bairros e praias, e, com isso, reforçam-se os corpos a serem controlados e as condutas a serem punidas para além dos varejistas de drogas. Como acumulação social de seus fracassos, nos últimos anos, o que tem pautado os casos de polícia é uma “guerra” civil urbana em torno de pequenas desordens e contravenções que impedem a continuidade das rotinas cotidianas de grupos que têm a cidade como propriedade. Ou seja, esforços têm sido aplicados em uma “guerra ao crime” (MORELLATO; SANTOS, 2020) que, sob o ponto de vista da ordem e do capital, se faz produtiva ao tornar a segurança e suas redes de política (e polícia) um bom negócio. Assim, em sua pretensão de fotografia, o Rio de Janeiro, sob a imagem de seu “cartão-postal”, vai sendo sitiado, demarcado e segregado num imaginário que só serve mesmo como *souvenir*.

Notas

¹ Este trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em toda a sua realização.

² Vale lembrar que, na década de 1980, a partir das figuras do secretário de segurança Coronel Nazareth Cerqueira e do governador Leonel Brizola, as primeiras políticas sob a ideia de “polícia de proximidade”, importada dos EUA, passaram a ser experimentadas no Rio de Janeiro. Em 1994, houve a oficialização dessa prática em Copacabana, na Zona Sul da cidade. Porém, o programa durou apenas dez meses. Na década de 2000, no então governo de Anthony Garotinho, com Luiz Eduardo Soares na Secretaria de Segurança, os Mutirões da Paz levaram aos Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) nas favelas. Durante a preparação das cidades para os megaeventos, a política de *pacificação*, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), foi responsável pela ocupação de mais de 40 favelas em toda a Região Metropolitana. Atualmente, essa forma de fazer polícia se desmantela, ao mesmo tempo que se espalha sob outros moldes sob diferentes territórios da cidade (POLYCARPO, 2021; PÉRES, 2022).

³ Para compreender mais a respeito dos programas de segurança aqui citados e a respeito de operacionalização (e ampliação) no estado do Rio de Janeiro, conferir Polycarpo (2019; 2021) e Péres (2022).

⁴ Retomando contribuições fundamentais de Akhil Gupta (2018), a autora afirma que, ao falar de produção da cidade e, portanto, de suas sociabilidades, a falência (ou ruína) de certos processos e/ou projetos não se encerra em si mesma, visto que, de certo, as cidades se transformam, suas materialidades e subjetividades condensam novos significados e possibilitam a construção de novos futuros e imagens (*Idem*, 2020).

⁵ A Resolução SSP nº 781 de 08 de agosto de 2005, alterada pela Resolução SESEG nº 78 de setembro de 2007, rege o regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) no Rio de Janeiro.

⁶ Cf. Polycarpo, 2019.

⁷ Os autores tomam a experiência dos *Carabineros do Chile* – polícia nacional uniformizada, responsável pelo controle e prevenção do crime –, considerando as conversações iniciadas pelo governo chileno, a partir da década de 1990, sobre a *coprodução* de segurança e gestão de riscos permitindo-lhes desenvolver novas iniciativas de prevenção do crime, mesmo em bairros onde a sua presença foi a causa de desconfiança e suspeita em torno da própria polícia (PÉRES, 2022).

⁸ Cf. Instituto de Segurança Pública. **Guia Prático para Participantes dos Conselhos Comunitários de Segurança**, 2012. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/GuiaPratico.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

⁹ Fonte: **Jornal Posto Seis**. Criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (1999), em “Lutas comunitárias fazem parte da história do Jornal Posto Seis”. Fevereiro 2012. Acervo.

¹⁰ Com o passar dos anos, os coordenadores continuaram como participantes dos encontros, que eventualmente recebem também representantes de órgãos diversos da Prefeitura e do 17º Grupamento de Bombeiros Militar (17º GBM). Cf. POSTO SEIS.

Criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (1999) – Lutas comunitárias fazem parte da história do Jornal, 12/01/2021 [especial 25 anos]. Disponível em: <https://www.postoseis.com.br/post/lutas-comunitarias-fazem-parte-a-historia-do-jornal-posto-seis>. Acesso em: 18 mai. 2022.

¹¹ Pudemos acompanhar as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme durante os anos de 2017 e 2020, havendo interrupção dos encontros presenciais a partir de 2020, em razão da pandemia do Coronavírus. Desde 2015, porém, com o desmantelamento da política de *pacificação* e os projetos a ela dedicados, as reuniões e “escutas” realizadas nas favelas foram interrompidas, interrompendo, nesse caso, a participação comunitária. Apesar disso, não há, ainda hoje, sugestão de ampliação do Conselho Comunitário de Copacabana e Leme para o convite às comunidades de seu entorno, como Chapéu-Mangueira, Babilônia, Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e Tabajaras. Quando há a presença de algum desses representantes ou moradores nas reuniões no 19º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro (19º BPMRJ), nos poucos casos, a sua fala é interrompida e deslegitimada, pois não haveria responsável por respondê-la.

¹² Aqui é importante ressaltar que a “sociedade civil”, em termos de sua relação com a soberania popular, é categoria impulsionada por um projeto participativo e intervencionista em sua relação com o Estado (e suas agências estatais). Porém, enquanto uma forma realmente existente, a “sociedade civil” representa um grupo demograficamente limitado e, para fins desta pesquisa, será mobilizada apenas quando for reivindicada como forma de representação dos próprios(as) moradores(as) em distinção ao que é, portanto, *legítimo* de ser reconhecido como “cidadão de direitos” pelo Estado.

¹³ Enquanto um morador, durante reunião do Conselho Comunitário, em 2018, exprime tal comentário, nas cadeiras, uma outra moradora vocifera “Morram os funcionários públicos!”.

¹⁴ A “Operação Verão” é parte das políticas de parceria do governo estadual e municipal desde meados dos anos 2010. É importante destacar que, no Brasil, a polícia não é de ciclo completo. Conforme o artigo 144 da Constituição da República, a Polícia Militar é uma força estadual e sua tarefa é de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública; a função de investigação judiciária cabe à Polícia Civil. Quanto à Guarda Municipal, é uma força municipal desarmada que visa proteger o patrimônio público patrulhando preventivamente o território. A partir de 2017, a presença da Guarda Municipal se intensificou também nessa Operação.

¹⁵ Em janeiro de 2019, quando assume a 13ª Delegacia da Polícia Civil, a delegada Valéria Aragão agradece o acolhimento da comunidade de Copacabana, pois, “antes o meu discurso era sozinho, hoje a população está cansada da libertinagem e do excesso de direitos humanos para quem não merece”, em relação à punição violenta de camelôs e ambulantes nas ruas de Copacabana, reconhecendo a importância desse apoio, pois “eu posso vir a sofrer por abuso de autoridade, mas por prevaricação jamais! Eu quero construir um sótão ou um porão na Delegacia para apreender mais criminosos!”. Em outras ocasiões, quando em crítica em relação à permanência da população em situação de rua, o comandante do 19º BPMRJ diz que o problema não está na comunidade ali reunida no Conselho, mas naqueles residentes que ainda dão esmolas e incentivam a mendicância.

¹⁶ Durante as reuniões do Conselho Comunitário, são realizadas homenagens a agentes mortos durante operações, como o capitão Galvão, em maio de 2019; homenagens aos comandantes, quando completam um ano de atuação no 19º BPMRJ; e também entregas de placa de homenagens a agentes, como Guardas Municipais, do programa *Rio+Seguro*, em reconhecimento a serviços prestados, como em agosto de 2019, ao guarda municipal (GM) Michel Patrício; em novembro de 2019, ao coordenador coronel Lúcio Flávio Baracho, quando na troca de sua função, por reconhecimento aos serviços prestados; e em fevereiro de 2020, com placa em homenagem ao comandante da UPP da Babilônia, por ter *pacificado* a comunidade.

¹⁷ Todas as falas acima mencionadas foram retiradas de diferentes contextos de reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme, entre 2017-2020, tendo sido ditas por moradores(as) do bairro ao solicitarem demandas.

¹⁸ BBC NEWS. **PM do Rio aposta em Whatsapp e Facebook para denúncias e lança manual para as redes**, 06/07/2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150706_pm_rio_face_jp>. Último acesso em: 18/05/2022.

¹⁹ Mensagem reproduzida pelos administradores do grupo “*Moradores Rio+Seguro*” e reforçada quando se percebe que houve algum desrespeito ou violação. Durante 2019-2021, essa mensagem foi reforçada, ao menos, 18 vezes. Há vista grossa para uns e conivência para outros. Nesse período, algumas manifestações de apoio ao então presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não foram reprimidas após a justificativa de terem sido enviadas “por engano”, mesmo após gerarem comentários.

²⁰ Para o grupo de ordem pública, com outros órgãos e guardas municipais, a mensagem se difere em escopo da atividade. No período de 2019 a 2021, a mensagem foi reforçada 13 vezes, em decorrência de eventos que incomodaram os administradores, como bate-papos que envolviam as “soluções” para os “moradores de rua” e “camelôs” e/ou para o problema de limite de som dos bares durante, principalmente, a pandemia do novo Coronavírus, em 2020.

²¹ Em ambos os grupos, “*Moradores Rio+Seguro*” e “*Ordem Pública Copa e Leme*”, as parabenizações pelos serviços prestados totalizam, no primeiro, 839 referências e, no segundo, 559 referências, até março de 2022. Mesmo que de maneira expressiva nos dois espaços, é possível perceber que há maior reconhecimento do papel da Polícia Militar, mais presente nas redes de articulação do programa *Rio+Seguro*, como agentes de segurança contratados pela Prefeitura.

²² Os *biopoderes* se ocupam então da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, dos costumes etc., na medida em que essas preocupações se tornam políticas. No *biopoder*, a população – de maneira generalizada – é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder. Essas tecnologias permitem aplicar na sociedade uma distinção entre o “normal” e o “patológico” para impor a regulamentação de comportamentos e pensamentos – como os “casos de polícia” protagonizados pelas práticas de higienismo e eugenismo no início do século XX, no Rio de Janeiro, que têm como marco as políticas de urbanização e de sanitização e que, no século XXI, se reconfiguram em torno da contaminação do novo Coronavírus, por exemplo. São essas tecnologias aperfeiçoadas a partir de novas práticas que envolvem o desenvolvimento de dispositivos, como os *smartphones*, capazes de atuar sob toda a população e com o aval de toda a população para fiscalização, vigilância e controle constantes.

²³ Cf. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

²⁴ Cf. Institucional. Disponível em: <http://cor.rio/institucional/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

²⁵ Informações obtidas por meio de entrevista realizada com o Inspetor Geral da Guarda Municipal, José Ricardo Soares da Silva, e o coordenador do programa *Rio+Seguro*, Coronel Lúcio Flávio Baracho, em outubro de 2019, na sede do COR. Na ocasião, pudemos acompanhar algumas dessas filmagens e o reconhecimento de uma quadrilha de menores de idade atuante na orla de Copacabana.

Referências

- AZEVEDO, Nilo Lima; CAMPOS, Mauro Macedo; LIRA, Rodrigo Anido. “Por que os conselhos não funcionam? Entraves federativos para a participação popular no Brasil”. **DILEMAS: Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, pp. 439-461, 2020.
- CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. “A lógica gerencial-militarizada e a segurança pública no Rio de Janeiro: O CICC-RJ e as tecnologias de (re)construção do Estado”. **DILEMAS – Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 53-74, 2019.
- CHATTERJEE, Partha. “A política dos governados”. In: **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EDUFBA, 2004, pp. 129-160.
- CUNHA, Christina Vital. “A cidade para os civilizados: Significados da ordem pública em contextos de violência urbana”. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, pp. 211-232, 2012.
- ELIASOPH, Nina. “Close to Home: The Work of Avoiding Politics”. **Theory and Society**, Berlim, vol. 26, n. 5, pp. 605-647, 1997.
- FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018, pp. 69-90.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Edições 70, 2010.
- FROSSARD, Carolina; JAFFE, Rivke. “Security and Technology”. In: LOW, Setha (ed.). **The Routledge Handbook of Anthropology and the City**, 2019, pp. 141-152.
- GRAHAM, Stephen. **Cities Under Siege: The New Military Urbanism**. Londres: Verso, 2010.
- GUPTA, Akhil. “The Future in Ruins: Thoughts on the Temporality of Infrastructure”. In: ANAND, Nikhil; GUPTA, Akhil; APPEL, Hannah (orgs.). **The Promise of Infrastructure**. Durham; Londres: Duke University Press, 2018, pp. 62-79.
- HIRATA, Daniel; CARDOSO, Bruno. “Coordenação como Tecnologia de Governo”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 22, n. 46, pp. 97-130, 2016.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LEITE, Márcia Pereira. “Da ‘metáfora de guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 6, n. 2, pp. 374-389, 2012. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2012.v6.n2.126>
- LEITE, Márcia *et al.* (Orgs.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2018.
- LUNEKE, Alejandra; DAMMERT, Lucia; ZUÑIGA, Liza. “From Social Assistance to Control in Urban Margins: Ambivalent Police Practices in Neoliberal Chile”. **DILEMAS: Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, pp. 1-26, 2022.

- MIRANDA, Ana Paula Mendes. A Avaliação dos Conselhos Comunitários de Segurança. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 2, pp. 57-68, 2008.
- MISSE, Daniel Ganem. “A pacificação das favelas cariocas e o movimento pendular na segurança pública”. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. Especial, n. 3, pp. 29-52, 2019.
- MISSE, Michel. “Trocas ilícitas e mercadorias políticas: Para uma interpretação de trocas ilícitas moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos”. **Anuário Antropológico**, vol. 2, pp. 89-107, 2010.
- MORAES, Luciane P. B. **Pesquisa Nacional dos Conselhos de Segurança Pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2009
- MORELLATO, Ana Carolina Batista; SANTOS, André Filipe Pereira Reid. “Intervenção federal e a guerra contra os pobres na cidade do Rio de Janeiro”. **DILEMAS: Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, pp. 711-736, 2020.
- NUNES, Pablo. “**Fala morador!**” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2020.
- O’DONNELL, Julia; SAMPAIO, Lilian Amaral; CAVALCANTI, Mariana. “Entre futuros e ruínas: Os caminhos da Barra Olímpica”. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 13, n. 1, pp. 119-146, 2020.
- PÉRES, Clara Gomes Polycarpo. **Os “inimigos urbanos” de um novo projeto de cidade: atualizando as representações coletivas das camadas médias do Leme “pós-pacificação”**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.
- PÉRES, Clara Gomes Polycarpo. Casos de polícia e redes de política: uma análise das políticas de segurança pública a partir da Zona Sul do Rio de Janeiro. **Tese (Doutorado em Sociologia)** – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- POLYCARPO, Clara Gomes. “Segurança é um dever de todos”: representações coletivas e novas redes de políticas de segurança pós-pacificação no Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo vol. 13, n. 1, pp. 114-139, 2019.
- POLYCARPO, Clara. “De ‘cartão-postal’ a ‘área de risco’: A (re)produção de Copacabana em meio a novas disputas e territorialidades”. **DILEMAS: Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, pp. 441-463, 2021.
- SILVA, Luiz Antônio Machado. “Associações de moradores: mapeamento preliminar do debate”. In: **Fazendo a Cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016, pp. 84-97.

- SOARES, Luiz Eduardo. **Notas sobre a problemática da segurança pública**. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio3_notas_2.pdf, p. 121-129, 2000.
- TATAGIBA, Luciana. “Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, pp. 209-213, 2005.
- VITALE, Alex. **O fim do policiamento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

Clara Polycarpo (polycarpo clara@gmail.com) é Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Atualmente, realiza pesquisa de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF). É pesquisadora no Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI/UFF) e no projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco (ICICT-Fiocruz). Colabora também com o Grupo CASA - estudos sociais sobre moradia e cidade (IESP-UERJ) e com o BONDE (IESP-UERJ).

 <https://orcid.org/0000-0001-8402-8737>

Recebido em: 13/12/2023

Aprovado em: 14/08/2024

Editor responsável: Michel Misse